

O PROCESSO DE CRESCIMENTO NOS
PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE
ALBUQUERQUE

77 *

* CADERNOS LIBERAIS: 77/88

O INSTITUTO TANCREDO NEVES agradece aos autores dos textos incluídos em CADERNOS LIBERAIS por consentirem, amavelmente, as respectivas divulgações de maneira graciosa e, portanto, sem a incidência de direitos autorais.

MARCOS CINTRA CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE - Diretor da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas - produziu este texto apresentado no "LISBON MEETING 88", realizado em Lisboa de 6 a 8 de maio de 1988, e é aqui publicado por iniciativa do

INSTITUTO TANCREDO NEVES,
República Federativa do Brasil, e

FUNDAÇÃO FRIEDRICH NAUMANN,
República Federal da Alemanha

AS DESIGUALDADES NO SUBDESENVOLVIMENTO

Falar sobre países em desenvolvimento no mundo de hoje implica generalizações nem sempre justificáveis. Se no século passado, ou mesmo até meados deste, era fácil classificar nações em termos de seus respectivos graus de desenvolvimento econômico, hoje este exercício é dificultado pelas enormes variações observadas nos critérios usualmente aceitos como indicadores de progresso econômico.

China e Índia, os dois maiores contingentes populacionais do mundo tiveram em 1985 uma renda per capita anual de US\$ 290; a Etiópia não conseguiu ultrapassar US\$ 110. Numa posição intermediária situam-se países como o Peru (US\$ 1285), Colômbia (US\$ 1320) e Síria (US\$ 1560), seguidos num intervalo superior de Brasil (US\$ 1640), Malásia (US\$ 1288), Portugal (US\$ 1970), Venezuela (US\$ 3080) e Grécia (US\$ 3550). Finalmente, no topo da pirâmide, acham-se Israel (US\$ 4990), Hong Kong (US\$ 6230) e Cingapura (US\$ 7420), não se incluindo os exportadores de petróleo de alta renda.

Tamanha disparidade em suas rendas per capita, que atinge proporções de 70 para 1 (Cingapura e Etiópia), mostra-se mesmo muito mais intensa que a proporção entre o PIB de países em desenvolvimento de renda média, cerca de US\$ 1300, e o da média das economias industriais de mercado - US\$ 11 810. Mesmo tomando-se o caso dos EUA, cuja renda per capita foi em 1985 de US\$ 16 690, a relação frente à média dos países em desenvolvimento não atinge 13 para 1.

Tais discrepâncias tornam-se ainda mais graves quando são levados em consideração indicadores de distribuição de renda. As disparidades de renda per capita, transformam-se em brutais diferenças no bem estar da população quando considerado que, entre os países em desenvolvimento, a participação percentual na renda familiar dos 10% mais ricos da população é sempre superior a 30%, ao passo que a participação dos 20% mais pobres não supera

7% da renda nos países para os quais se dispõem de estatísticas. A renda dos 20% mais ricos da população frequentemente é 6 ou 7 vezes maior do que o dos 20% mais pobres, atingindo extremos como no Brasil e Costa do Marfim onde este indicador de desigualdade chega próximo de 30, (33 e 25 respectivamente). A título de comparação, entre as economias industriais de mercado, o maior valor obtido, segundo os dados do Banco Mundial, foi 8,7 verificados na Austrália e na Nova Zelândia. Nos EUA atinge 7,5, na Suécia 5,6 e no Japão e Holanda 4,3.

Das discrepâncias de renda, agravadas com as disparidades distributivas, resultam enormes variações nos indicadores sociais. Na escala inferior dos países em desenvolvimento a expectativa de vida é de cerca de 50 anos (Butão 44, Etiópia 45, Paquistão e Bangladesh 51), ao passo que no intervalo superior, vários países superam 70 anos, índice semelhante ao das economias industriais de mercado, de 76 anos em média (Brasil 65, México 67, Argentina 70, Uruguai 72 e Portugal 74).

Nos países mais pobres o número de matrículas na educação secundária é de 32% do grupo etário apropriado (Etiópia 12%, Birmânia 24%, Índia 34% e Zaire 57%); nos países em desenvolvimento de renda média chega a 56% em média (Brasil 35%, Portugal 47%, México 55%, Grécia 82%). Nas economias industriais de mercado este índice atinge 90%. O consumo de energia per capita equivalente em kilos de carvão por ano é de 692 Kg no Equador e de 3029 Kg na Venezuela; apenas 50% da população mexicana dispõe de água encanada enquanto que no Uruguai chega a 81%.

Em resumo, as disparidades são tantas que se torna difícil abordar o problema do crescimento e do desenvolvimento econômico de modo uniforme. Existem ainda as diferenças geográficas, culturais e a própria evolução histórica de cada sociedade. Como analisar conjuntamente a América Latina, onde vários países tinham em 1960 uma renda per capita superior à do Japão e à de vários países europeus, com países da África que nunca supe

raram a mais estrita miséria? A Argentina teve nas primeiras décadas deste século uma renda per capita equivalente à da França. Hoje é inferior à da Espanha e à da Grécia, e equivalente à da Coreia.

Em 1960, Uruguai e Venezuela superaram a Itália, A Espanha e o Japão em suas rendas per capita; a da Argentina era três vezes maior do que a da Coreia, e a do Chile era próxima à da Espanha e superior à de Portugal e à da Grécia. Mas em 1985, as maiores rendas per capita da América Latina não atingiam US\$ 2800, enquanto que a da Coreia saltou para US\$ 2648, a do Japão para US\$ 7130, a da Itália para US\$ 4808, a da Espanha para US\$ 4336, a da Cingapura para US\$ 5000 e a de Formosa para US\$ 3160.

Notam-se, portanto, descontinuidades profundas na evolução econômica dos países em desenvolvimento. A tendência à estagnação de vários países, como é o caso de algumas nações africanas, da Ásia e da América Latina, contrasta com a meteórica explosão de crescimento verificada no Japão e em outros países da Ásia como Cingapura, Coreia, Taiwan e Hong-Kong. No meio, encontram-se os casos latino-americanos de economias que mostraram dinamismo até o final da década de 60, mas que, com a possível e ainda incerta exceção do Brasil, convivem nos últimos 20 anos com uma estagnação econômica que ameaça tornar-se crônica e cada vez mais difícil de ser superada.

Frente a tanta diversidade como apontar o caminho para o desenvolvimento econômico?

O QUE ESPERAR DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

O PIB das economias desenvolvidas, excluindo-se a União Soviética e alguns outros países socialistas, equivale a cerca de quatro vezes o valor total do PIB dos países em desenvolvimento - cerca de US\$ 2.500 bilhões contra US\$ 10 000 bilhões. Com tamanha importância na geração global de bens e serviços, as políticas econômicas adotadas nos países industrializados tornam-se essenciais na determinação da evolução dos países pobres.

De forma mais direta, a inter-relação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento ocorre por meio de dois canais principais - comércio internacional e poupança externa. Na medida em que a evolução destes dois fluxos dependa da evolução do crescimento econômico nos países ricos, também o desenvolvimento econômico nos países pobres estará intimamente atrelado à performance das principais economias da Europa, do Japão e dos EUA. Neste sentido, a manutenção do crescimento econômico das economias industrializadas de alta renda é condição necessária para qualquer esforço de intensificação do crescimento econômico nas nações em desenvolvimento.

Entre 1965 e 1973, a média anual de crescimento dos países industriais de mercado foi de 4,7% ao ano; entre 1973 e 1980 caiu para 2,8%. Em 1984 houve uma expansão de 4,6%, mas logo em seguida retornou ao padrão dos últimos quinze anos, de 2,8% em 1985 e 2,5% em 1986. Neste período, também a taxa média de crescimento anual dos países do Terceiro Mundo caiu de 6,5% entre 1965 e 1973 para 5,4% entre 1973 e 1980. No mesmo padrão que as economias ricas, em 1984 o crescimento médio atingiu 5,1%, caindo em 1985 e 1986 para 4,8% e 4,2%. Nota-se assim uma forte correlação nas tendências de crescimento, evidenciando as ligações existentes entre as economias ricas e pobres do mundo.

O primeiro elo de ligação é o comércio internacional. Aproximadamente dois terços das exportações dos países

em desenvolvimento vão para as economias industrializadas, ao passo que cerca de 70% das exportações dos países ricos são para eles próprios. A assimetria é evidente. Os países em desenvolvimento dependem essencialmente das importações dos países industrializados, enquanto que estes últimos embarcam apenas cerca de 25% do total de suas exportações para os países pobres (Tabela 1).

A partir de meados da década de 70, houve um enorme retrocesso na tendência mundial de liberalização do comércio internacional iniciada após a 2a. Guerra Mundial. Os acordos internacionais de redução tarifária não abrangeram produtos agrícolas e bens industriais exportados pelos países em desenvolvimento com a mesma intensidade com que atingiram a pauta de exportações dos países industrializados. E a recessão mundial de 1974-75 iniciou uma nova onda protecionista nos países industrializados, implicando o uso de novos instrumentos como controles de preços, controles de qualidade, limitações "voluntárias" e outros tipos de restrições.

O importante a ser enfatizado, contudo, é que este movimento neo-protecionista atingiu mais fortemente os países em desenvolvimento e particularmente a América Latina. Em 1984 quase 21% das importações dos países industrializados oriundas de países do Terceiro Mundo estavam sujeitas a restrições não-tarifárias, contra 11,3% dos produtos dos países ricos.

Há algumas exigências básicas para que o crescimento econômico nos países pobres possa ser sustentado:

a) um crescimento médio nas economias industrializadas de pelo menos 3% ao ano;

b) maior abertura nos mercados dos países industrializados para mercadorias dos países em desenvolvimento, principalmente pela redução do protecionismo, velado ou explícito;

c) maior estabilidade nas taxas de câmbio das moedas dos países desenvolvidos.

É consenso que para a obtenção desses objetivos, importantes não apenas para a estabilidade nos países desenvolvidos mas também para impulsionar o crescimento econômico dos países pobres, os EUA reequilibrem sua política fiscal vis-à-vis sua política monetária, reduzindo sua demanda interna e consequentemente seus déficits fiscal e comercial. Por outro lado, caberia aos países mais dinâmicos, como a Alemanha e o Japão, expandir suas economias, de forma a manter a meta de um crescimento médio mínimo de 3% ao ano para o conjunto das nações ricas.

O crash de 1987 das principais bolsas do mundo foi um primeiro alerta para a urgência de medidas corretivas nos EUA. Muito provavelmente, não existirão condições para que a queda das bolsas se transforme numa depressão mundial. A reação do governo norte-americano no sentido de expandir rapidamente a liquidez da economia - e com isto evitar o erro cometido em 1929, quando houve um movimento inverso que reforçou a recessão - poderá evitar a presença de um desaquecimento ainda mais forte da economia mundial. Por outro lado, esta opção implicará, provavelmente, o abandono do dólar, com todos os inconvenientes que acarretará.

TABELA 1: ORIGEM E DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE
MERCADORIAS
(% do total de origem)

| Destino Origem | Economias Industriais de Mercado | | Exportadores de Petróleo de Alta renda | | Países em Desenvolvimento | | Outras | |
|--|----------------------------------|------|--|------|---------------------------|------|--------|------|
| | 1965 | 1985 | 1965 | 1985 | 1965 | 1985 | 1965 | 1985 |
| Baixa renda | - | 52 | - | 4 | - | 41 | - | 4 |
| Renda Média Baixa | 74 | 71 | 1 | 2 | 20 | 25 | 5 | 2 |
| Renda Média Alta | 64 | 62 | (.) | 2 | 26 | 30 | 10 | 6 |
| Exportadores de Petróleo de Alta Renda | 70 | 59 | 3 | 1 | 27 | 40 | (.) | (.) |
| Países em Desenvolvimento: | 67 | 63 | 1 | 2 | 25 | 30 | 8 | 7 |
| • Exportadores de Manufaturados | 52 | 53 | 1 | 3 | 28 | 35 | 19 | 9 |
| • Altamente Endividados | 74 | 71 | (.) | 1 | 21 | 22 | 5 | 6 |
| Economias Industriais de Mercado | 70 | 71 | 1 | 3 | 27 | 24 | 2 | 2 |

Fonte: Banco Mundial

TABELA 2: POUPANÇA E INVESTIMENTO

(% do PNB) - 1965/85

| | Invest./PNB | | | Poup. Nacional Bruta/ PNB | | | Poup. Externa/PNB | | |
|------------|-------------|---------|---------|------------------------------|---------|---------|-------------------|---------|---------|
| | 1967-73 | 1973-80 | 1980-85 | 1967-73 | 1973-80 | 1980-85 | 1967-73 | 1973-80 | 1980-85 |
| Argentina | 19,8 | 21,8 | 16,3 | 19,7 | 21,2 | 11,3 | 0 | 0,6 | 5,0 |
| Brasil | 26,1 | 26,2 | 20,4 | 24,3 | 21,7 | 16,9 | 1,7 | 4,5 | 3,5 |
| México | 21,4 | 25,2 | 25,4 | 19,9 | 21,3 | 23,5 | 1,5 | 3,9 | 1,9 |
| Venezuela | 29,3 | 32,6 | 19,9 | 30,0 | 34,5 | 24,9 | -0,7 | -1,9 | -5,0 |
| Guatemala | 13,3 | 18,7 | 13,5 | 12,9 | 16,4 | 9,9 | 0,4 | 2,3 | 3,6 |
| Nigéria | 21,0 | 26,5 | 18,7 | 19,4 | 28,3 | 16,4 | 1,7 | -1,8 | 2,3 |
| Zaire | 13,7 | 15,0 | 14,6 | 9,8 | 8,8 | 7,2 | 3,9 | 6,2 | 7,4 |
| Índia | 18,4 | 22,6 | 24,4 | 17,9 | 22,3 | 22,6 | 0,5 | 0,3 | 1,8 |
| Coreia | 25,1 | 31,8 | 30,7 | 21,5 | 26,4 | 26,9 | 3,6 | 5,3 | 3,8 |
| Filipinas | 20,6 | 29,1 | 25,8 | 20,6 | 24,3 | 20,0 | 0 | 4,8 | 5,9 |
| Argélia | 32,1 | 44,5 | 38,2 | 29,9 | 38,9 | 38,6 | 2,2 | 5,6 | -0,4 |
| Iugoslávia | 29,9 | 35,6 | 38,5 | 30,0 | 32,9 | 37,9 | -0,1 | 2,7 | 0,6 |

Fonte: Banco Mundial

DIFERENÇAS NOS PADRÕES DE CRESCIMENTO

Mas um fato histórico no comércio internacional, chama a atenção: o contraste entre os países em desenvolvimento orientados para o exterior - os exportadores de manufaturados - e o grupo dos países altamente endividados. Os primeiros têm suas exportações mais diversificadas, com apenas metade delas orientada para os países desenvolvidos. Os endividados, por outro lado, concentram naqueles mercados mais de 70% de suas exportações. Forçados a gerar, por conta das remessas de juros a que estão submetidos, altos superávits comerciais em divisas fortes, este grupo de países acaba dependendo com maior intensidade dos mercados dos países desenvolvidos.

Mas o impacto maior da questão do endividamento está localizado no potencial de crescimento das economias do Terceiro Mundo.

Os países em desenvolvimento exportadores de manufaturados mantiveram uma média de crescimento de 7,4% entre 1965/73 e de 6% entre 1973/80 (contra 6,5% e 5,4% para a média de todos os países em desenvolvimento); os endividados obtiveram taxas de 6,9% e 5,4% respectivamente, próximas portanto da média global dos países pobres. Contudo, a partir de 1982, com a crise de liquidez internacional, os grandes exportadores mantiveram, até 1986, uma taxa de crescimento médio de 6,3% contra apenas 0,75% dos países endividados.

Sem dúvida alguma, o ajuste externo a que se submeteram os países endividados foi brutal. Os anos de 80 já são chamados de a "década perdida" no que se refere ao crescimento econômico, e para países e populações atribulados pela pobreza, quando não pela miséria, o desperdício de uma década inteira torna-se um fator de frustração e revolta, com consequências sociais e políticas imprevisíveis.

É totalmente desnecessário alaborar sobre a crise do endividamento externo. Basta dizer que entre 1970 e 1985 o serviço da dívida pública externa como percentagem do Produto Nacional Bruto dos países em desenvolvimento passou de 1,5% para 4,3%; especificamente para os países mais endividados os números são 1,6% e 5,1%, respectivamente, ao passo que para os exportadores de manufaturados, foi de 1,2% para apenas 2,7%. Com certeza a situação torna-se ainda mais angustiante com a inclusão da dívida privada.

O impacto da crise do endividamento forçou os países devedores a uma forte contração em seus investimentos. Sem possibilidade de novos ingressos de recursos externos desde o início da década, estes países transformaram-se subitamente em exportadores líquidos de capital, com perversos reflexos na oferta de poupança, e portanto nas taxas de formação de capital e de crescimento econômico.

Os dados até 1985, mostram, para a maioria dos países em desenvolvimento, sensíveis quedas nas taxas de investimento e de poupança externa (Tabela 2). Esta tendência certamente vem se agravando. Neste sentido, torna-se imprescindível que os países ricos se esforcem para evitar que, as taxas de juros reais externos se situem em patamares superiores ao teto histórico de 3%. Além disso, para facilitar a superação do angustiante estrangulamento externo de grande parte das economias em desenvolvimento urge reiniciar os fluxos de capitais de empréstimo e de risco, que durante a década de 80 sofreram abrupta paralisação.

Sem o empenho das economias industrializadas no sentido de manterem uma adequada taxa de crescimento, uma decidida política de combate ao crescente protecionismo, e sobretudo medidas fiscais e monetárias coordenadas capazes de reduzir as taxas de juros e estabilizar as taxas de câmbio, dificilmente os países em desenvolvimento terão condições mínimas de iniciar um novo processo de crescimento. Por sua vez, a crise

da dívida externa continuará rondando a comunidade financeira internacional, inviabilizando os mecanismos de financiamento do crescimento econômico dos países em desenvolvimento.

AS OPÇÕES DE CRESCIMENTO

Mas certamente caberia indagar se todos os males e contradições que afligem os países subdesenvolvidos têm origem no comportamento das nações industrializadas. É o subdesenvolvimento necessariamente a outra face do desenvolvimento dos países industrializados? Serão as economias em desenvolvimento vítimas de um sistema econômico perverso em sua própria natureza?

Aceitar tais interpretações da história equivaleria a um descabido determinismo, e ao mesmo tempo, isentaria as elites dos países pobres de qualquer dose de incompetência e de falta de visão, acusações que não poderão ser facilmente descartadas. Em realidade, uma análise dos padrões de crescimento de alguns grupos de países pobres mostra com clareza que os modelos adotados são distintos, refletindo opções deliberadas na determinação de suas políticas econômicas.

O modelo de desenvolvimento adotado pelos países exportadores de manufaturados da área do Pacífico acabou se transformando num novo paradigma de crescimento; uma nova ortodoxia que se contrapõe ao receituário da CEPAL que tanto influenciou os planejadores econômicos nas primeiras décadas do pós-guerra.

A antiga ortodoxia preconizava a substituição de importações a qualquer custo, e a industrialização era tida como uma renovada esperança de prosperidade. Para a obtenção dessas metas justificava-se que as economias se voltassem para seus próprios mercados, e que os novos setores produtivos gozassem de barreiras comerciais capazes de protegê-los contra a concorrência externa. Ao mesmo tempo, dadas as limitações de recursos financeiros e gerenciais de uma burguesia apenas incipiente, criaram-se as condições ideais para o surgimento de um Estado forte capaz de introduzir nessas economias atividades manufatureiras consideradas modernas, além de executar pesados investimentos em infra-estrutura de apoio ao novo processo industrializante. Neste modelo, volta do para dentro, o Estado assumiu o papel de agente econômico preponderante, desempenhando funções de produtor, fomentador e regulador da economia.

Cabe apontar que em meados do século, os economistas já percebiam que a evolução do capitalismo moderno era diferente das concepções clássicas. A estrutura de poder e de dependência entre os países ricos de um lado, e os subdesenvolvidos, de outro, exigia a presença governamental para se tentar evitar um desequilíbrio de forças que ameaçava perpetuar uma desvantajosa divisão internacional do trabalho. A produção e distribuição de mercadorias ocorria dentro de uma estrutura de mercado caracterizada pela concentração, tornando imprescindível a participação do governo como um fator de defesa dos interesses nacionais.

Com esta visão da economia, vários países, principalmente os latino-americanos, deram impulso a um vigoroso processo de crescimento econômico. Como vimos, este movimento deu mostras de ser capaz de aproximar os valores da renda per capita de alguns países da América Latina com as economias desenvolvidas da Europa. Parecia que fora achada, finalmente, a fórmula do progresso econômico mundial.

Inicialmente, coube ao Estado a tarefa de gerar meios de financiamento ao esforço de industrialização, seja através de poupança própria, seja por meio de gerenciamento de transferência de renda entre setores com poupança disponível para aqueles carentes de recursos. Numa segunda etapa, o processo teve continuidade a partir dos empréstimos feitos pelos bancos comerciais desejosos de reciclar seus petrodólares.

Este modelo de desenvolvimento permitiu aos principais países latino-americanos atingirem um razoável grau de industrialização durante a década de 50. Após a substituição de bens de consumo importados, iniciou-se um processo mais penoso de industrialização nas áreas de bens intermediários e de consumo durável, e mais recentemente de bens de capital e insumos básicos.

As crescentes e naturais dificuldades exigiram destes países um modelo cada vez mais fechado, cada vez mais concentrado, para permitir a obtenção de economias de escala, e cada vez mais estatizado. Como resultado, estas economias emergiram na década de 80 dando mostras de grande fragilidade no que tange suas possibilidades de competitividade internacional. A forte proteção que lhes foi concedida gerou settores industriais pouco eficientes, pesadamente subsidiados e com pouco dinamismo tecnológico. Falta-lhes, em essência, o confronto com o mercado.

Com a crise do endividamento, eclodida com violência em 1982, estas economias se viram forçadas a fazer fortes ajustamentos no sentido de continuarem servindo sua dívida externa. E estes países, que seguiram as recomendações da CEPAL, acham-se hoje imersos em profundos processos recessivos.

Em contraposição a este modelo de crescimento surgiu, a partir de inícios da década de 70, uma nova or-

todoxía, baseada na experiência dos "tigres asiáticos". A abertura de economia para o exterior, o respeito às regras do mercado livre, e a ênfase primordial na iniciativa privada, são os pilares mestres deste novo modelo de desenvolvimento, cujo sucesso é evidenciado por economias como o Japão, Cingapura, Hong-Kong, Taiwan e Coréia. Como vimos anteriormente, estes países mostraram nas últimas décadas taxas de crescimento substancialmente mais elevadas do que as das economias latino-americanas, e conseguiram rapidamente superar o PIB per capita dos países que optaram pelo caminho preferencial do mercado interno.

Também os países asiáticos obtiveram financiamentos internacionais, mas a crise de liquidez recente não os afetou com a mesma intensidade que nas demais regiões do mundo. Mesmo durante os períodos de crise, estes países continuaram investindo em setores orientados para as exportações. Conseguiram, assim, gerar divisas suficientes para o atendimento de seus compromissos externos sem necessidade de maiores ajustes internos.

Cabe lembrar que alguns países, notadamente o Brasil, adotaram estratégias mistas entre o modelo substituidor de importações e o modelo exportador. Contudo, as tentativas de liberalização da economia não teve continuidade, nem a constância das economias asiáticas.

Como avaliar estas duas trajetórias de crescimento? São conflitantes? Trata-se de uma escolha biunívoca? Tomemos o exemplo dado pela seguinte política econômica (como apontado pelo economista Jeffrey Sachs): um país atrelou sua moeda ao dólar em 1950 e manteve a paridade nominal fixa, em termos absolutos por mais de 20 anos. Durante os primeiros 15 anos, desse período (até 1964) o câmbio foi estritamente racionalizado por uma agência governamental, e a moeda esteve sempre sobre valorizada, cerca de 60% no período de 20 anos. Uma lei de controle do comércio e câmbio de 1949 dava ao governo o monopó-

lio na compra de cambiais, tornando-o a única fonte legal de divisas. Regras não explícitas orientaram a sua distribuição. Os burocratas fizeram a alocação de moeda estrangeira em setores favorecidos, dando maior atenção a empresas privadas em cujo crescimento tinham interesse. O mercado de capitais interno era altamente regulamentado e isolada completamente dos mercados internacionais. O investimento direto externo foi fortemente limitado e a participação majoritária por parte de empresas estrangeiras foi barrada legal e administrativamente. Do início a meados da década de 60, cerca de 1/3 dos fundos externos para investimento industrial teve origem em empréstimos de instituições financeiras governamentais, as taxas subsidiadas. Essas instituições governamentais permaneceram como uma importante fonte de financiamento barato até o fim dos anos 60. Alguém arrisca o nome deste país? É o Japão.

Considerem ainda a forte intervenção pública japonesa na questão de organização do comércio exterior e do apoio concedido aos setores exportadores; considerem o esforço coreano na criação de seus enormes "trading-companies"; considerem o peso do setor estatal em Taiwan e na Coreia que equivale a 35% e 25%, respectivamente, de formação bruta de capital daqueles países; considerem o papel do governo coreano no estabelecimento das indústrias de ferro, aço, químicos e outras; considerem as transferências de dólares dos EUA que financiaram grande parte das importações de Taiwan e Coreia entre 1955 e 1959.

Considerando tudo isto, enfim, nota-se que o modelo exportador-liberalizante seguido nos países asiáticos se assemelhou bastante ao modelo substituidor de importações dos latino-americanos com um forte papel desempenhado por um Estado intervencionista. Não se trata da livre concorrência e do liberalismo econômico, que hoje se tenta associar ao modelo de crescimento dos exportadores asiáticos.

Há diferenças com o modelo cepalino como a constante orientação para o exterior que os países asiáticos imprimiram à sua política econômica, mas com certeza a intervenção pública não foi uma das mais perceptíveis disparidades entre os dois modelos de crescimento aqui analisado. Cabe reconhecer ainda que, o tipo de presença estatal foi distinto, já que nos países do Extremo Oriente todas as medidas de política econômica acabavam sempre passando pelo teste de mercado externo.

Que lições tirar desta breve análise destes dois padrões de desenvolvimento?

Nota-se que a fase de substituição de importações, com maior ênfase no mercado interno e caracterizada pela indispensável presença do governo, é um estágio pelo qual passaram, com maior ou menor precisão, todos os países de renda mais elevada dentre os países em desenvolvimento. Neste sentido, não é possível negar a importância do intervencionismo estatal e da promoção da substituição de importações nos países de baixa renda que ainda precisam iniciar o processo de transformação estrutural.

Por outro lado, é preciso admitir que uma vez vencida esta primeira etapa, os países latino-americanos prosseguiram com uma política de crescimento que se achava, e ainda se acha, em rápido esgotamento, enquanto as economias asiáticas exportadoras de manufaturados mostraram a flexibilidade e a capacidade para mudar, que as fez atingir espantosas taxas de crescimento econômico.

Não há, infelizmente, uma receita de crescimento. Liberalização, privatização e orientação para o Exterior são providências urgentes e imprescindíveis para países como o Brasil, Argentina, México, Venezuela, Turquia, Grécia e outros mais que já atingiram um nível mínimo de industrialização. Nestes casos a concorrência e o encolhimento do Estado, abrindo espaço para a iniciativa privada liderar uma nova onda

de expansão econômica é o único caminho para evitar a crônica estagnação que aflige os países que se recusam a evoluir para um novo estágio de crescimento.

Contudo para aqueles que ainda se acham mergulhados no profundo subdesenvolvimento, o modelo intervencionista substituidor de importações ainda é o que melhores perspectivas pode lhes oferecer.

maio, 1988

